



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 A trigésima quarta reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos ocorreu no dia 15 de março de
2 2023, às quatorze horas, realizada de maneira totalmente online, via aplicativo Cisco Webex, com transmissão
3 ao vivo pela página oficial da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA/RS no Youtube
4 (Link: <https://www.youtube.com/watch?v=vPpDNhhWCfc>). **Conselheiros Presentes: Marcelo Camardelli Rosa**
5 **– SEMA; Alessandro Martins – SPGG; Henrique Fernandes – Casa Civil; Altair Hommerding – SEAPI;**
6 **Norma Mergel – SICT SSP/RS/CAM-BM; Verônica Della Mea – Comitê Baixo Jacuí; Fábio Avancini**
7 **Rodrigues – Comitê Mirim S. Gonçalves; Dilton de Castro - Comitê Tramandaí; João Paulo Peres Bezerra –**
8 **Comitê Passo Fundo; Mario Damé – Comitê Camaquã; Gerson Ferreira – Comitê Santa Maria; Major Meirelles –**
9 **Casa Militar; Reinaldo Gambim – SELT e Cláudia Bos Wolff – FEPAM - Convidada. Ausentes – Ausência**
10 **Justificada: SSP/RS/CAM-BM; Comitê Pardo e Comitê Vacacaí. Demais presentes:** Luciano Cardone
11 DRHS/SEMA; Cristiane Loebens; Júlio Salecker – Comitê Taquari-Antas/CTPERH. O Presidente Marcelo
12 Camardelli dá início a reunião e faz a chamada dos conselheiros presentes e passa a leitura da pauta enviada.
13 Questiona se podemos considerar a pauta. Sem manifestações passa ao item I – **Comunicações – 1.**
14 **Apresentação do acordo de transposição de água entre uma fazenda produtora de arroz e uma**
15 **comunidade quilombola na bacia do Rio Gravataí -** Diretor Luciano Cardone: Este acordo celebrado na bacia
16 do Rio Gravataí foi celebrado -entre a comunidade Quilombola da Anastácia e o empreendimento da Fazenda
17 Embireira, ambos localizados no município de Viamão. Em 16 de dezembro de 2022 foram iniciadas as
18 campanhas de fiscalização na bacia do Rio Gravataí em virtude do início da intermitência nas captações. Essa
19 intermitência nas captações na calha do Rio Gravataí tem seus níveis estabelecidos na Resolução e na Portaria
20 38 da Sema. Naquela ocasião, o nível do Rio Gravataí chegou na condição de atenção, sendo iniciado esse
21 regime de -intermitência nas captações. Neste dia 16 de dezembro estava autorizada a captação ainda, mas já
22 no dia 17 foi suspensa. No sábado foi realizada uma denúncia de que estariam utilizando água, portanto
23 descumprindo o acordo ali firmado pelos usuários de água, chancelado dentro do Comitê de Bacia. Então foi
24 solicitada a fiscalização com apoio PATRAM onde houve neste caso o lacre de uma comporta de um
25 reservatório do território quilombola que abastece umas quadras de arroz da fazenda em questão. No dia 18 de
26 dezembro o DRHS e a PATRAM foram verificar o cumprimento da ação realizada no dia anterior. No dia 27 de
27 dezembro foi realizada uma reunião com os responsáveis técnicos e administradores da fazenda, quando ficou
28 dirimido que eles tentariam fazer esse acordo com a comunidade quilombola ali lindeira. Esse acordo foi
29 celebrado no dia 28 de dezembro, onde recebemos o comunicado pelo Comitê de Bacia, o acordo foi assinado
30 entre as partes, chancelado pelo comitê. No mesmo dia 28 de dezembro foi emitida a portaria nº 10/2022
31 autorizando o uso do canal de derivação até o dia 30 de março deste ano. Então, portanto, esse acordo ainda
32 está vigente, muito embora se saiba que o uso da água foi diminuído, pois já está sendo feita a colheita.
33 Justificativa do acordo foi a Resolução do conflito e a compatibilização dos múltiplos usos da água. Conclusão foi
34 a celebração deste acordo que no nosso ponto de vista é do nosso acompanhamento pelo menos desde quando
35 ingressamos nesses ciclos de estiagem. Esta situação se tornou mais evidente desde quando se iniciaram aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

36 ciclos de estiagem. Esse acordo também permitiu otimizar as fiscalizações e afirmando mais uma vez, a
37 importância do modelo de gestão descentralizada dos recursos hídricos e com envolvimento do Comitê de Bacia
38 como primeira instância na resolução de conflitos. **II – Prestação de Contas do Programa Avançar** – Diretor
39 | Luciano Cardone: Fruto da Resolução CRH N°- 400/2022 em contato com a Secretaria Executiva do FRH e a
40 | presidência da Câmara Técnica do FRH ficou acordado a apresentação desse cronograma na Câmara Técnica
41 | em abril, com a nova composição dos representantes do Estado, em função dessa reforma administrativa do
42 | Estado, com a apresentação do que foi executado e do que não foi executado do Avançar e também com a
43 | proposta de atualização dos recursos. E também como que o Estado vai atender os condicionantes ali previstos.
44 Quanto ao novo portfólio de projetos e programas que o Estado lançou no final de fevereiro, tendo em vista que
45 muitos dos projetos listados no Avançar vão receber um selo do super-estiagem, ele está dentro do sistema de
46 monitoramento estratégico do Estado para que se dê mais celeridade no andamento interno dentro das
47 Secretarias. Com isso também se busca evitar a duplicidade na utilização dos recursos públicos, fidelizar as
48 | políticas públicas permanentes. Em abril haverá uma nova reunião do CRH de modo- extraordinário. -Esta seria
49 a proposta de cronograma noticiado via presidência da Câmara técnica do FRH e Secretaria Executiva do FRH.
50 Sem manifestações. **III – Contextualização da Força-tarefa.** Diretor Luciano coloca que a força-tarefa foi
51 instituída pelo Portaria SEMA 10, de 13 de janeiro de 2023 para identificação das necessidades dos Comitês de
52 Gerenciamento de Bacia Hidrográfica. Em 20 de janeiro fizemos dentro do grupo de trabalho várias reuniões de
53 planejamento. Em fevereiro elaboração do formulário consultivo, março relato no Fórum Gaúcho de Comitês o
54 que estava sendo feito e envio do questionário aos Comitês. Até o presente estamos lendo de modo amostral
55 prestações de contas, atas e processos eleitorais para compor o relatório de resultados parciais. A justificativa
56 seria porque os Comitês de Bacias são instituições da gestão descentralizada dos usos dos recursos hídricos
57 | que necessitam fortalecimento, portanto- são -um braço que atua diretamente na bacia hidrográfica. Neste
58 sentido a Força-Tarefa busca o diagnóstico situacional dos Comitês de Bacias para proposição e implementação
59 de ações estruturadas institucionalmente que visem o seu fortalecimento no âmbito do desenvolvimento das
60 funções previstas na Lei Estadual 10.350/1994. Pela Portaria, a divulgação dos resultados parciais ocorrerá na
61 reunião ordinária de maio e a dos resultados finais na reunião ordinária de julho. Essas informações servirão de
62 | subsídios para proposição de -soluções. Palavra à disposição. Sr. Mario Damé: essa força-tarefa para a questão
63 dos convênios de manutenção dos comitês está previsto que a prestação de contas do comitê que está com
64 prestação de conta atrasada, que já teria sido aprovada anteriormente aprovada e na troca de um funcionário
65 não sei o que aconteceu, veio apontar essa entidade mantenedora que é um COREDE e esse não consegue
66 receber recursos porque está no Cadin. A força-tarefa prevê isso? Veronica Della Mea: Na verdade é que
67 algumas aprovações de contas ficaram pendentes na CAGE de alguns comitês, algumas já tinham sido
68 aprovadas e aconteceu de trocar o critério da revisão a colocar apontamento, mas o que seria interessante a
69 força-tarefa de repente ver essas situações nas contas que ficaram pendentes e zerar na CAGE e não deixar a
70 conta sem aprovação. Diretor Luciano: vou verificar essa situação e também junto a força tarefa. Dilton de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

71 Castro: Estou aqui representando a região do Litoral e os 25 Comitês de Bacias. Sobre essa situação dos
72 comitês, a força-tarefa, a mais recente ação, mas que estamos pleiteando, nada mais é o cumprimento das
73 obrigações do Estado. Desde 2016 quando se mudou legislação deixamos de ter convênio de parceria entre
74 SEMA e Comitês já vai sete anos. Nesse período tivemos vários momentos em que a CAGE não tinha ainda
75 ciência de como seriam, tivemos vários momentos que foi assim se protelando até chegarmos na situação do
76 repasse da verba que é aprovada no CRH no uso do recurso, os R\$ 100 mil previstos. Alguns, por exemplo, em
77 situações mais sérias, como é o caso do Tramandaí, que está há oito anos sem um centavo. Chegamos ao caso
78 crítico de termos sido despejados enquanto ente do Estado. Há uma falta de respeito e consideração com os
79 demais, que estão na mesma condição. Então, como o Secretário está assumindo e não se sabe o grau de
80 conhecimento que está a respeito dessa situação crônica, o que gostaríamos é que realmente desse mais uma
81 atenção a esse ente que está doente, não é uma ONG, Comitê de Bacia é Órgão de Estado parte do sistema de
82 recursos hídricos. Muitos não têm plano de bacia ainda, outros têm. A maioria dos que têm não estão em
83 execução e muitas das providências que poderão ser tomadas em relação a garantir água numa situação
84 extrema como a estiagem que a gente passou no ano passado. Presidente Marcelo: Agradeço a tua
85 manifestação, estamos cientes e atentos a este item específico em relação aos comitês, sei muito da
86 importância do comitê dentro da política de recursos hídricos e do sistema do Estado. Estamos atentos
87 acompanhando tanto a força-tarefa, mas verificando de que forma poderemos ter esses critérios objetivos para
88 apoiar os comitês para que tenha condições de cumprir o seu papel que está previsto na própria legislação.
89 Obviamente que estamos numa função de reestruturação dentro da Secretaria de vários departamentos e
90 reforma administrativa dentro de outras secretarias também. Estamos ajustando muitos processos, mas sim
91 acompanhando cada vez mais se aprofundando em relação aos temas em específico, esse é um tema que tem
92 uma prioridade importante dentro da Secretaria, onde estamos acompanhando e seguiremos acompanhando e
93 para que se tenha uma solução breve para atender as demandas dos comitês e eles possam cumprir com seu
94 papel. Agradeço a sua manifestação. Joao Paulo Bezerra: reforço um pouco do que o Dilton colocou, eu
95 comecei a ter uma participação pouco mais ativa em 2018 e desde então são vários diagnósticos, editais. A
96 minha colocação não tem a representatividade da Câmara de Gestão do Uruguai, aproveito para comentar que a
97 CGU vai voltar às atividades, agora na semana que vem teremos uma reunião, mas é muito importante se
98 pensar que é uma política de Estado porque a social democracia pressupõe a participação social e popular. E o
99 que se tem assistido é o desmantelamento dos instrumentos de descentralização e dos instrumentos de
100 participação da sociedade civil, por exemplo, e de outros setores também que são muito importantes dentro do
101 sistema de gestão de recursos hídricos logo no sistema gaúcho pioneiro no Brasil. Como professor universitário
102 me faz pensar que não se deveria utilizar elementos como diagnóstico e pareceres para protelar as questões.
103 Porque agora, com esse diagnóstico, ficamos mais um semestre sem resolver o problema. O fato concreto é
104 esse, entendo que uma nova estruturação está em andamento, isso é um desafio para todos. Mas já é o terceiro
105 ano de estiagem e que as decisões se concentram onde o poder já é concentrado. Então muitas decisões sérias



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

106 a respeito de recursos hídricos passaram por fora dos Comitês e vamos lembrar que os planos de bacia foram
107 custeados com dinheiro público. O plano de bacia do Passo Fundo custou aproximadamente R\$ 1.000.000,00. E
108 ele não foi considerado nas decisões. Sobre o questionário da força-tarefa foi um instrumento para ganhar um
109 semestre. Em julho termina o diagnóstico, depois vem o edital, vai para 2024. E num cenário de mudança
110 estrutural no ciclo das águas, tempos de retorno das precipitações, estamos num momento de urgência
111 ambiental. Parece muito importante darem uma atenção, um foco nessa emergência para poder garantir a
112 participação social no sistema de gestão de recursos hídricos. Presidente Marcelo: agradeço a sua
113 manifestação, não acredito que o diagnóstico tenha sido esse objetivo de ser protelatório, mas de poder nos
114 auxiliar do ponto de vista de diagnóstico de definir esses critérios alinhados com a legislação e que se consiga
115 criar algo consistente que não venha a ser alterado ou desestruturado no futuro breve e que se passe por essa
116 lacuna sem poder o alcançar os recursos para que os Comitês possam atuar. Imagino muito mais como uma
117 iniciativa para que se tenha um bom alicerce e se consiga incluir, principalmente nas questões inerentes aos
118 recursos e dar as condições aos Comitês. Entendo a preocupação dos Comitês de agirmos da forma mais célere
119 possível. Palavra à disposição, não houve manifestações. **II – ORDEM DO DIA – Item 01 – Aprovação da ata**
120 **da 33ª Reunião Ordinária do CRH/RS** – A SE do CRH informa que recebeu da Conselheira Claudia Wolff
121 correções na redação da ata encaminhada e repassou aos conselheiros. Conselheira Claudia informa de foram
122 correções de português, nada que tirasse o mérito. Presidente Marcelo questiona se os conselheiros dispensam
123 a leitura da ata e se podemos colocar em votação. Não houve manifestações. **Ata aprovada por 11 favoráveis,**
124 **0 contrários - 01 abstenção.** **Item 02. Resolução CRH N° 425/2023 – Ad Referendum - Referenda a**
125 **substituição do secretário Executivo do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios**
126 **Vacacaí e Vacacaí-Mirim** – Resolução aprovada **13 votos favoráveis - 0 contrário - 0 abstenção.** **3.**
127 **Resolução CRH 424/2023 – Ad Referendum - Homologa o processo eleitoral de composição de entidades**
128 **e diretorias eleitas dos Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Turvo-Santa Rosa-**
129 **Santo Cristo e Alto Jacuí** – Resolução aprovada **13 votos favoráveis - 0 contrário - 01 abstenção.** **Item 4.**
130 **Ofício 78 CORSAN - 078/2022 – DMAS – Proposição de análise de deliberações referente às**
131 **condicionantes para encaminhamento e deferimento de processos de outorga de captações**
132 **subterrâneas (poços).** Presidente Marcelo: em resumo, o ofício pede um encaminhamento de análise da
133 matéria para ser avaliado na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Diretor Luciano: Na verdade este ofício
134 que recebemos tem um intuito, na visão da CORSAN, de se aproximar um pouco mais das exigências da
135 Portaria 888 do Ministério da Saúde. Então, eles elencam alguns elementos que solicitamos e que não são
136 solicitados na Portaria e fizeram uma sugestão de parâmetros para serem analisados na associação de outorga
137 de água subterrânea. Então o encaminhamento dessa sugestão seria o encaminhamento para discussão dentro
138 da CTAS. Palavra à disposição, colocado em aprovação. Aprovado o encaminhamento à CTAS - **13 favoráveis,**
139 **0 contrários e 0 abstenções.** **Item 5. Minuta de alteração da Resolução CRH 230** - Veronica Della –
140 Presidente da CTIJ: a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos, entre as demandas que recebeu e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

141 que se acumularam um pouco durante a pandemia, estavam essas duas resoluções que trouxemos a 230, que
142 seria sobre a descrição das categorias dos comitês e a 219, que é sobre o regramento do processo eleitoral.
143 Essas resoluções tinham ido para CTIJ a pedido do CRH porque estava dando muito desentendimento, muita
144 confusão, muitas dúvidas e as pessoas que queriam se inscrever para participar dos Comitês, e às vezes os
145 próprios Comitês em que categoria se enquadraria e como seria feito o processo eleitoral, que documentação
146 exigir. Então trabalhamos na CTIJ nessas duas resoluções conjuntamente. Primeiro na das Categorias depois
147 na do processo eleitoral. Retornamos na das Categorias para fazer alguma correção quando estávamos
148 trabalhando na do processo eleitoral. Ela veio aqui para o CRH com as alterações em vermelho para que todos
149 pudessem ver quais seriam as alterações que estamos propondo. Por isso eu não sei se vocês querem que se
150 projete, se querem falar alguma coisa delas, se alguém tem alguma dúvida também no que leu, porque se
151 deixou em vermelho o que foi alterado para facilitar a leitura. Para saberem o que realmente se alterou na
152 resolução e possa gerar alguma dúvida. Em apresentação - Veronica Della Mea: fizemos algumas alterações da
153 explicação do que seria o usuário da água e o que seria a categoria de representante da população. Porque
154 vimos que não estava muito bem explicado para quem não faz parte do sistema de recursos hídricos. Portanto
155 se deu uma alterada, inclusive a do usuário, se não me engano pegamos exatamente o que está escrito na Lei
156 10.350/1994. No grupo dos representantes da população demos uma melhorada na redação para que todos
157 compreendam melhor em que grupo se enquadraria usuário ou população. Também fizemos algumas correções
158 em quem poderia participar das categorias, incluímos os consórcios intermunicipais que agora é uma coisa nova
159 que não existia antes a questão do novo Marco do Saneamento. Espero que tenhamos chegado a esse
160 propósito de deixar mais clara a explicação de que a entidade se enquadraria, qual é a atividade que ela tem que
161 estar desenvolvendo para se enquadrar naquela categoria, tanto de usuário como de grupo da população.
162 Foram basicamente essas alterações de acordo com os problemas que foram surgindo nos processos eleitorais
163 e nas inscrições de entidades. Fico à disposição para esclarecer dúvidas. Presidente Marcelo: Tenho uma
164 observação sobre o tendo em vista nos considerandos. Veronica: Nós havíamos começado com considerando,
165 mas a Camila que representava a SEMA na CTIJ falou que havia uma orientação da Casa Civil para ser tendo
166 em vista. Na verdade eles são sinônimos. Após ampla discussão, acordado seguir o padrão do Conselho nas
167 outras resoluções, trocar o tendo em vista por considerando e a supressão no quarto parágrafo de "através da
168 Resolução Nº XX". Presidente Marcelo: palavra à disposição. Sra. Normal Mergel: o trabalho está pronto, um
169 trabalho que é necessário, não vejo nada assim que possa comprometer a votação hoje. Já li e não vejo nada,
170 só quero alertar que as duas resoluções estão vinculadas, que a segunda resolução, mesmo se tirando o
171 número da primeira ela não seja publicada isoladamente antes da primeira. Sem mais manifestações colocada
172 em votação. **Resolução aprovada: 11 favoráveis – 0 contrário – 0 abstenção. 6. Minuta de alteração da**
173 **Resolução CRH Nº 219/2017 – Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos** – Presidente
174 Verônica: Da mesma forma essa resolução veio com as alterações em vermelho para facilitar a leitura de todos.
175 As alterações iniciam no artigo terceiro, onde é uma questão de prazo, porque o que tem acontecido muito tem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

176 muita diretoria que depois vem ao CRH pedir a prorrogação do mandato porque o processo eleitoral da gestão
177 subsequente acontece depois do fim do mandato. Por isso colocamos que o processo de composição da
178 plenária e de definição da diretoria do comitê deve ser finalizado dentro do período da gestão da diretoria em
179 vigência, que é para não ficar mais com esses pedidos de prorrogação de dois e três meses. Acrescentado a
180 questão, caso o processo eleitoral não seja aberto pelo comitê dentro do prazo legal, a organização e
181 coordenação do referido processo será feito pela Secretaria Executiva do CRH. Incluído por questão de
182 português no artigo quarto de “elegendo” uma comissão eleitoral, porque a comissão eleitoral é eleita pela
183 plenária do comitê. I - O comitê da bacia deverá encaminhar à Secretaria executiva do CRH em até 120 dias
184 antes do final do mandato das entidades a solicitação de publicação de aviso público, com a indicação dos
185 membros da comissão eleita a ser publicada no Diário Oficial, em um jornal de circulação em todo o Estado e no
186 sítio eletrônico da Sema, da abertura das inscrições para entidades de acordo com as categorias definidas no
187 decreto de criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia. Então demos uma aprimorada, porque antes havia
188 uma previsão de dois jornais do Estado, hoje não tem mais a necessidade disso e também a previsão disso ser
189 publicado no sítio eletrônico da Sema. É mais uma atualização das formas de publicação com as vantagens
190 eletrônicas que se tem hoje. II - Durante o processo eleitoral todas as correspondências referentes ao mesmo
191 serão de responsabilidade da comissão eleitoral que poderá utilizar o e-mail oficial do Comitê da Bacia. Havia
192 uma dúvida de alguns comitês se durante o processo eleitoral a responsabilidade de fazer correspondência e
193 assinar seria da comissão eleitoral ou da diretoria do comitê, então para assuntos eleitorais, a responsabilidade
194 de fazer ofício e encaminhar é da comissão eleitoral que poderá utilizar o e-mail oficial do comitê da bacia. III -
195 Solicitar, se necessário, de forma justificada à Secretaria Executiva do CRH a prorrogação do prazo para
196 inscrições com no mínimo de 10 dias de antecedência do prazo final das inscrições. IV – foi somente adequação
197 de português. V – Caso entidade queira alterar o seu representante após a eleição deverá fazer por ofício
198 encaminhado ao Comitê da Bacia e a Secretaria executiva do CRH contendo os dados e informações solicitadas
199 na ficha de inscrição. Resumindo, quem está na ficha indicado para o Comitê pelo pela entidade será o
200 representante no Comitê, a não ser que entidade queira trocar, não existe a necessidade de ficar fazendo mais
201 ofícios além do indicado na ficha de inscrição. Outra dúvida era a documentação citada na Resolução que era
202 replicada no Aviso público. Então trabalhamos muito nisso para aperfeiçoar e encontrar documentações
203 possíveis e dividimos: VI - Entidades já com representação no Comitê da Bacia: deverão apresentar o CNPJ,
204 comprovante de endereço, Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da
205 entidade e comprovação de que a entidade está ativa através de Alvará de Funcionamento, ou Declaração ou
206 Atestado de Funcionamento da Prefeitura, ou Recibo de Entrega do IRPJ, ou Ata de Eleição da atual Diretoria ou
207 Declaração com firma reconhecida em cartório ou por assinatura digital da própria entidade. - Entidades que
208 ainda não integram o Comitê da Bacia: deverão apresentar os atos constitutivos através do Estatuto ou Contrato
209 Social ou Carta Sindical da entidade registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas
210 Jurídicas, Ata de Posse ou Eleição da atual Diretoria, CNPJ, comprovante de endereço, Ficha de Inscrição



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

211 devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da entidade e comprovação de que a entidade está
212 ativa através de Alvará de Funcionamento, ou Declaração ou Atestado de Funcionamento da Prefeitura, ou
213 Recibo de Entrega do IRPJ, ou Ata de Eleição ou Posse da atual Diretoria ou Declaração com firma reconhecida
214 em cartório ou por assinatura digital da própria entidade.- Poderá ser solicitado pela Comissão Eleitoral a
215 complementação de documentos que explicitem os objetivos da entidade ou sua área de atuação para análise e
216 devido enquadramento da categoria. Art. 5º - VI - Cada entidade poderá ocupar apenas uma vaga por categoria
217 na composição dos grupos. As entidades acham que podem indicar um titular e um suplente na mesma vaga, o
218 que não possibilita a entidade suplente ter voz. Só órgãos de governo indicam titular e suplente para a mesma
219 vaga. Art. 6º - § 4º. O Grupo III terá direito a voto na plenária em todas as matérias inclusive para a eleição da
220 Diretoria, desde que não detenham competências relacionadas à outorga do uso da água ou licenciamento de
221 atividades potencialmente poluidoras conforme artigo 15 da Lei Estadual 10.350/1994, e desde que seus
222 representantes estejam formalmente indicados nos Comitês de Bacias de acordo com o seu Regimento Interno.
223 Então essas foram as alterações, algumas apenas melhora no português. A resolução tem dois anexos: ficha de
224 inscrição e checklist da documentação Sem mais manifestações, colocado em votação. **Resolução aprovada**
225 **por 12 votos favoráveis – 0 contrário – 0 abstenção. Item 7. Indicação do Secretário Executivo do CRH/RS**
226 = Presidente Marcelo: conforme já previsto no Regimento Interno do CRH é indicação do Presidente e deverá
227 ser homologado pela plenária do CRH. Então Indicamos o Luciano Cardone como Secretário Executivo e a
228 Carmem Silva como Secretária Adjunta. Não havendo manifestações, coloco em votação. **Aprovado 11 votos**
229 **favoráveis – 0 contrário – 0 abstenção. III – ASSUNTOS GERAIS** – Carmem Silva informo que hoje pela
230 manhã foi finalizado o processo eleitoral do Comitê do Litoral Médio e teve a nova diretoria eleita, Presidente
231 João Paulo Müller – Sindicato Rural de Palmares do Sul e Manoel Adam – Associação Comercial de Santo
232 Antonio da Patrulha. No mês de abril pretendemos finalizar o processo do Comitê Butuí-Icamaquã. Julio
233 Salecker: sou presidente da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos e estamos com uma
234 minuta praticamente desenhada para passar por esse Conselho da proposta de atualização do Plano Estadual
235 de Recursos Hídricos a ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Então que se consiga agora com a sua
236 presidência dar sequência nesse assunto tão importante como o PERH um dos instrumentos da Lei 10.350 que
237 não está ainda na sua integralidade válido, porque temos só uma Resolução do CRH aprovando o atual e que
238 não foi nunca transformada em lei pela Assembleia. Então que se consiga dar sequência nessa caminhada
239 na Câmara Técnica do Plano, essa solicitação na primeira reunião do nosso novo Presidente do CRH. Aproveito
240 para tornar público que na data da próxima reunião do CRH teremos aqui no RS uma reunião da coordenação
241 do Fórum Nacional de Comitês de Bacias que estamos ainda organizando junto com a Sema. Uma
242 reunião de bem importante porque traz todos os Fóruns de Comitês de todos os estados do Brasil. Presidente
243 Marcelo: O Plano de Recursos Hídricos, obviamente como bem mencionaste, tem que se fazer por uma lei como
244 a própria lei determina. Assim como a própria questão da Força-Tarefa do diagnóstico dos Comitês também.
245 Estamos nos debruçando para que consiga efetivar também este importante instrumento e torná-las de forma



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

246 efetiva. Estamos com uma atenção também especial neste ponto. Quanto ao fórum, esse evento importante já
247 havia comentado comigo rapidamente, colocamos a SEMA à disposição para auxiliar nesta condução. Veronica
248 Della Mea: gostaria de pedir para ao novo Secretário na primeira reunião e como Presidente do CRH uma coisa
249 que já foi solicitada anteriormente, mas que entendo é muito importante para o nosso sistema. Como Presidente
250 da CTIJ solicito que seja disponibilizado, nem que seja somente para CTIJ começar a avaliar, a revisão que foi
251 feita de alteração da Lei 10.350 e ver se existe mais alguma contribuição, alguma coisa que se possa aprimorar
252 porque a nossa Lei é antiga, defasada. Ela precisa ser reavaliada para que o sistema possa rodar direitinho. O
253 Rio Grande do Sul foi pioneiro, ela era o ideal, mas não tinha outras legislações para comparar. Foi mandado
254 questionário para todos os Comitês, todos responderam e contribuíram e depois ninguém viu como ficou. Então,
255 eu, como presidente da CTIJ, peço novamente essa redação seja encaminhada à CTIJ. Presidente Marcelo:
256 com certeza, esse é outro ponto de atenção nosso, assim como o diagnóstico dos Comitês pela Força-Tarefa.
257 Reinaldo Gambim: eu queria reforçar a questão do Plano Estadual de Recursos Hídricos e pedir para que ele
258 fosse integralizado com a questão de patrimonial do Estado, faixas marginais. Trabalho com essa parte de faixas
259 marginais e se vê que os marcos tanto das áreas de APP, faixa marginal, patrimônio do Estado, eles não se
260 encontram, eles não se conversam. Eles são coisas completamente distintas. Para ver se consegue conciliar
261 esses níveis de água que vão adentrar o terreno e sobre o uso daquelas áreas, por exemplo, estamos com
262 vários casos que não tem um ente no Estado que defina se pode ser executado, por exemplo um trapiche sobre
263 um corpo d água. O Departamento de Hidrovias da SELT diz que não há empecilho, o Departamento do Estado
264 de Patrimônio diz não há empecilho, mas ninguém diz que pode. Então é tentar ver se dentro desse plano se
265 consegue também conciliar essas coisas e deixar claro quem poderia definir critérios que deveriam ser pré-
266 estipulados do que pode ou não pode executar em determinadas situações. Carmem Silva: Certo, vamos
267 repassar à Raiza – Coordenadora da revisão do PERH. Julio Salecker: queria deixar indelével a todos os
268 presentes o 35 anos do Comitê Sinos que vai ocorrer no dia 17.03.23. O Sinos foi o precursor a nível de Brasil e
269 tem que ser dada a devida importância. Gerson Ferreira: aproveito para dar boas vindas ao Marcelo Camardelli,
270 desejamos todo sucesso e podes contar conosco na tua gestão. Presidente Marcelo: agradeço Gerson e ficamos
271 à disposição. Sobre a demanda da Verônica antes de eu cair da reunião, obviamente Verônica é outro tema que
272 temos a especial atenção para que possa tocar para frente esta pauta, compartilhando com o próprio CRH para
273 que as contribuições possam vir, assim como foi feito na construção, no diagnóstico, nas oficinas de forma
274 coletiva. Que se consiga seguir nessa linha, é mais um tema que estamos nos apropriando para se consiga tocar
275 essa pauta, assim como o próprio Plano Estadual de Recursos Hídricos e também às questões dos Comitês e
276 da Força Tarefa. Estamos com especial atenção para que se consiga seguir conversando e atuando em relação
277 a isso. Não mais assuntos a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 16h11min e eu, Carmem Lucia Silveira da
278 Silva, lavrei a presente ata.

<u>Nome</u>	<u>Hora da entrada</u>	<u>Hora da saída</u>
Alessandro SPGG/DOF	<u>2023-03-15 13:58:07</u>	<u>2023-03-15 16:11:38</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

<u>Altair Hommerding SEAPI</u>	<u>2023-03-15 13:56:20</u>	<u>2023-03-15 16:11:45</u>
<u>Assessoria de Comunicação Sema/Fepam</u>	<u>2023-03-15 13:55:19</u>	<u>2023-03-15 16:12:09</u>
<u>Claudia Bos Wolff</u>	<u>2023-03-15 14:03:51</u>	<u>2023-03-15 16:11:39</u>
<u>Conselho de Recursos Hidricos</u>	<u>2023-03-15 13:44:07</u>	<u>2023-03-15 16:11:45</u>
<u>Cristiane Loebens</u>	<u>2023-03-15 14:10:29</u>	<u>2023-03-15 14:20:49</u>
<u>Damé</u>	<u>2023-03-15 14:00:43</u>	<u>2023-03-15 16:11:38</u>
<u>Defesa Civil</u>	<u>2023-03-15 13:54:04</u>	<u>2023-03-15 16:11:42</u>
<u>Dilton de Castro - Comitiê Tramandaí</u>	<u>2023-03-15 14:01:17</u>	<u>2023-03-15 16:11:39</u>
<u>Fábio Avancini Rodrigues - Mirim-São Gonçalo</u>	<u>2023-03-15 14:00:03</u>	<u>2023-03-15 15:49:28</u>
<u>Gabinete SEMA</u>	<u>2023-03-15 13:56:04</u>	<u>2023-03-15 16:06:14</u>
<u>Gerson Ferreira - Comitê SM</u>	<u>2023-03-15 14:08:21</u>	<u>2023-03-15 16:11:41</u>
<u>Henrique Fernandes</u>	<u>2023-03-15 15:27:26</u>	<u>2023-03-15 16:11:54</u>
<u>Henrique Fernandes CC</u>	<u>2023-03-15 13:57:03</u>	<u>2023-03-15 15:29:17</u>
<u>João Paulo Peres Bezerra -cbh passo fundo</u>	<u>2023-03-15 13:56:32</u>	<u>2023-03-15 16:11:35</u>
<u>Julio Salecker CB TaquariAntas</u>	<u>2023-03-15 14:01:43</u>	<u>2023-03-15 16:11:45</u>
<u>Maj Meirelles - Defesa Civil</u>	<u>2023-03-15 13:50:26</u>	<u>2023-03-15 13:53:08</u>
<u>Norma SICT</u>	<u>2023-03-15 13:52:59</u>	<u>2023-03-15 16:11:33</u>
<u>Reinaldo L. Gambim</u>	<u>2023-03-15 14:06:03</u>	<u>2023-03-15 16:11:44</u>
<u>Susana Pereira de Souza</u>	<u>2023-03-15 14:01:40</u>	<u>2023-03-15 16:11:35</u>
<u>Veronica Della Mea</u>	<u>2023-03-15 14:00:42</u>	<u>2023-03-15 16:11:51</u>
<u>luiza porto CRH</u>	<u>2023-03-15 14:02:49</u>	<u>2023-03-15 16:11:01</u>